



Conformidade ambiental empresarial

Revisão em seis frentes para localizar lacunas antes da fiscalização ou da auditoria.

Use este checklist para localizar lacunas em seis frentes. Marque Sim quando houver evidência guardada (documento de origem), Não quando faltar e N/A quando o item não se aplicar à sua atividade. Cada Não vira uma linha do plano de ação da frente 6.

1 Documentos, licenças e requisitos legais

	Sim	Não	N/A
Licença ambiental vigente (ou dispensa formal), com a data de validade lançada no calendário.	☐	☐	☐
Condicionantes da licença listadas, cada uma com prazo, responsável e protocolo de cumprimento.	☐	☐	☐
Matriz de requisitos legais com norma e artigo, motivo da aplicação, obrigação, prazo, responsável e evidência.	☐	☐	☐
Órgão competente identificado. No DF, o licenciador é o Brasília Ambiental (LC 140/2011, art. 10).	☐	☐	☐
CTF/APP, TCFA e RAPP: enquadramento e prazos conferidos; RAPP até 31/03, se devido (Lei 6.938/1981, arts. 17-B, 17-C, par. 1, e 17-G).	☐	☐	☐

2 Resíduos sólidos

	Sim	Não	N/A
Enquadramento no PGRS verificado (Lei 12.305/2010, art. 20) e plano revisado na periodicidade que ele fixa (art. 21).	☐	☐	☐
Resíduos segregados e acondicionados por tipo, com área de armazenamento identificada.	☐	☐	☐
MTR emitido no sistema aplicável (SINIR ou estadual integrado) e CDF arquivado, quando exigidos.	☐	☐	☐
Licenças do transportador e do destinador conferidas e dentro da validade.	☐	☐	☐
DMR: enquadramento e periodicidade confirmados com o órgão competente.	☐	☐	☐
SLU: enquadramento como grande gerador de resíduos indiferenciados conferido (Lei 5.610/2016); PGRCC e PGRSS conforme a atividade (Decreto 45.189/2023; RDC Anvisa 222/2018).	☐	☐	☐

3 Água e efluentes

	Sim	Não	N/A
Fonte de abastecimento identificada (rede pública, poço ou captação superficial).	☐	☐	☐
Captação própria com outorga ou dispensa documentada (Lei 9.433/1997, art. 12; no DF, Adasa).	☐	☐	☐
Destino dos efluentes conhecido (rede coletora, tratamento próprio ou fossa) e autorizado.	☐	☐	☐
Lançamento de efluentes conforme a licença e os padrões aplicáveis (Resolução Conama 430/2011), com laudos quando exigidos.	☐	☐	☐
Consumo de água registrado mês a mês, por unidade (faturas ou hidrômetro).	☐	☐	☐

4 Emissões e energia

	Sim	Não	N/A
Consumo de energia elétrica registrado por unidade consumidora, com as faturas arquivadas.	☐	☐	☐
Combustíveis registrados por veículo ou equipamento, com as notas fiscais de abastecimento.	☐	☐	☐
Recargas de gases refrigerantes registradas nas ordens de serviço de manutenção.	☐	☐	☐
Fontes fixas (caldeiras, geradores) com monitoramento de emissões quando a licença exigir.	☐	☐	☐
SBCE: acima de 10 mil tCO2e/ano, avaliar plano e relato conforme enquadramento e fases de implementação (Lei 15.042/2024, arts. 29, 30 e 50).	☐	☐	☐

5 Produtos químicos e perigosos

	Sim	Não	N/A
Inventário dos produtos químicos, com quantidades e locais de armazenamento.	☐	☐	☐
FDS e rotulagem verificadas para os produtos sujeitos à ABNT NBR 14725.	☐	☐	☐
Armazenamento com contenção de vazamentos, ventilação e produtos incompatíveis separados.	☐	☐	☐
Embalagens e resíduos contaminados classificados; destinação e MTR/CDF conforme o enquadramento.	☐	☐	☐
Procedimento e material de resposta a derramamentos, com a equipe treinada e lista de presença.	☐	☐	☐

6 Plano de ação e evidências

	Sim	Não	N/A
Cada lacuna registrada com ação, responsável (uma pessoa, não um setor), prazo e evidência esperada.	☐	☐	☐
Calendário de obrigações com aviso antecipado ao responsável.	☐	☐	☐
Arquivo de evidências organizado: MTR e CDF, licenças, protocolos, notas fiscais, listas de presença, fotos datadas.	☐	☐	☐
Indicadores acompanhados: pendências abertas, obrigações a vencer, não conformidades recorrentes, % de ações no prazo.	☐	☐	☐
Data desta revisão registrada e próxima revisão agendada.	☐	☐	☐

Como usar o resultado. Comece pelos itens marcados como Não que têm prazo legal ou condicionante de licença. Indicador sem documento de origem não deve ser apresentado como resultado. Quer uma verificação independente? Fale com a equipe: (61) 99395-4279.

Base normativa e referências. LC 140/2011 · Lei 6.938/1981 · Lei 9.433/1997 · Lei 12.305/2010 · Decreto 10.936/2022 · Portaria MMA 280/2020 · Lei 15.042/2024 · Resolução Conama 430/2011 · RDC Anvisa 222/2018 · ABNT NBR 14725 · Lei distrital 5.610/2016 · Decreto distrital 45.189/2023. Confirme sempre a versão vigente e o enquadramento com o órgão competente.